



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

**Vinculada ao Ministério Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
CNPJ n.º 00336701/0001-04 - NIRE N.º 53300002231**

INDICE

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2017;	2
2. Proposta da Administração para destinação do resultado;.....	2
1.a Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, Relativos ao Exercício de 2017 - Comentários da Administração – Item 10 da Instrução CVM 481/09.....	4
- Eleição de Membros do Conselho Fiscal - (Item 12.6 da Instrução CVM 480)	10
Viviana Simon	10
Fixação da Remuneração dos Administradores e Conselho Fiscal.....	12

Proposta da Administração da TELEBRAS que será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 12/04/2018, nos termos da Instrução CVM nº 481/09

Senhores Acionistas,

A Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS vem apresentar aos seus acionistas sua proposta sobre as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia **12/04/2018**:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2017;

A Administração da TELEBRAS propõe que os Acionistas analisem e aprovem as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017, bem como, após a devida análise, aprovem as matérias contidas nos documentos aprovados em 08.03.2018 pelo Conselho de Administração. Os referidos documentos, juntamente com o parecer dos auditores independentes, as Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”) e os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da TELEBRAS, encontram-se disponíveis no site da TELEBRAS e no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

2. Proposta da Administração para destinação do resultado;

A Administração da TELEBRAS propõe que seja aprovada a destinação para o resultado do exercício encerrado em 31/12/2017, nos termos constantes dos documentos anexos a esta proposta.

3. Eleição de membro Titular do Conselho Fiscal:

Por indicação do Acionista Controlador, a Administração da TELEBRAS apresenta proposta de eleição do seguinte membro do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2020:

Nome	Representação
Viviana Simon	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC

4. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;

A Administração da TELEBRAS aprova a fixação da remuneração total global dos administradores da Telebras para o período de abril de 2018 a março de 2019 em R\$ 5.763.139,69.

O Edital de Convocação, que coloca à disposição a documentação relativa ao item 2 da ordem do dia da AGO, foi publicado na forma da lei e encontra-se disponível na Internet no site: www.telebras.com.br.

Brasília-DF, 20 de março de 2018.
MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Presidente e *Diretor de Relações com Investidores*

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

1.a Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, Relativos ao Exercício de 2017 - Comentários da Administração – Item 10 da Instrução CVM 481/09

Senhores Acionistas,

O Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2017, encontram-se disponíveis na Assessoria de Relações com Investidores situada no SIG Quadra 4, Bloco A salas 211 a 224, Ed. Capital Financial Center – Brasília, Distrito Federal, CEP 70610-440, no site da TELEBRAS no endereço www.telebras.com.br e nos da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e CVM (www.cvm.gov.br).=

A seguir, os Comentários da Administração, relativos ao item 10 do Formulário de Referência, anexo da Instrução CVM 480/09, em atendimento ao art. 9, inciso III da Instrução CVM 481/09

10. Comentários dos Diretores sobre

10.1. a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

II. FINANÇAS

a) Estrutura Patrimonial da Companhia – Principais Rubricas

O comportamento das principais rubricas patrimoniais entre os anos de 2015 a 2017 e as explicações acerca das principais variações estão apresentados a seguir:

R\$ mil	Exercícios findos em:								
	2015			2016			2017		
Rubricas	Valor	AV%	Valor	AV%	AH%	Valor	AV%	AH%	
Ativo Circulante	388.125	15,2%	413.355	13,5%	6,5%	365.926	10,7%	-11,5%	
Ativo Não Circulante	2.166.404	84,8%	2.646.573	86,5%	22,2%	3.059.300	89,3%	15,6%	
Realizável a Longo Prazo	211.484	8,3%	275.112	9,0%	30,1%	287.429	8,4%	4,5%	
Investimentos	84.475	3,3%	77.145	2,5%	-8,7%	69.193	2,0%	-10,3%	
Imobilizado	1.850.122	72,4%	2.275.655	74,4%	23,0%	2.683.307	78,3%	17,9%	
Intangível	20.323	0,8%	18.661	0,6%	-8,2%	19.371	0,6%	3,8%	
Ativo Total	2.554.529	100,0%	3.059.928	100,0%	19,8%	3.425.226	100,0%	11,9%	
Passivo Circulante	321.781	12,6%	97.490	3,2%	-69,7%	230.354	6,7%	136,3%	
Passivo Não Circulante	2.451.508	96,0%	3.462.541	113,2%	41,2%	2.605.051	76,1%	-24,8%	
Passivo Exigível	2.773.289	108,6%	3.560.031	116,3%	28,4%	2.835.405	82,8%	-20,4%	
Patrimônio Líquido	(218.760)	-8,6%	(500.103)	-16,3%	128,6%	589.821	17,2%	-217,9%	
Passivo Total	2.554.529	100,0%	3.059.928	100,0%	19,8%	3.425.226	100,0%	11,9%	

Fonte: Demonstrações Individuais da Telebras

AV% – Análise Vertical

AH% – Análise Horizontal

Ativo Circulante e Ativo Não Circulante - Os itens do Ativo Não Circulante apresentaram evolução da ordem de 15,6% em relação ao exercício de 2016, já o Ativo Circulante apresentou diminuição de 11,5% no mesmo período.

Imobilizado - A evolução do Imobilizado, 17,9% de 2016 para 2017, é explicada pelos investimentos realizados pela Telebras no valor de R\$ 314,9 milhões (R\$ 319,5 milhões em 2016) no decorrer de 2016. Deste total, R\$ 265,2 milhões (84,2%) foram destinados ao projeto SGDC (R\$ 267,5 milhões em 2016 – 83,7%).

Ativo Total - Crescimento da ordem de 11,9% em relação a 2016. Tal situação decorre basicamente da entrada de novos recursos do Acionista Controlador aplicados no imobilizado.

Passivo Circulante e Passivo Não Circulante - O Passivo Circulante apresentou aumento de 136,3% no período, em decorrência principalmente do aumento na Conta Fornecedores 205,7%. Já o Passivo Não Circulante apresentou uma redução de 24,8% por conta da incorporação ao Capital Social de parte do AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital).

Passivo Exigível e Ativo Total – Considerando-se os dados os dados relativos ao Passivo Exigível e ao Ativo Total, observa-se que o grau de endividamento em 31/12/2017 estava em 82,8%, enquanto que no exercício findo em 2016, esse indicador era de 116,3%. A redução foi decorrente principalmente da incorporação ao Capital Social de parte do AFAC.

Patrimônio Líquido – O aumento do Patrimônio Líquido em relação ao exercício anterior decorreu principalmente da incorporação ao Capital Social de parte do AFAC, apesar do prejuízo de R\$243.817 milhões em 2017, R\$270.883 em 2016.

R\$ mil	2017	2016
Patrimônio Líquido	589.821	(500.103)
Capital Social	1.594.667	263.145
Prejuízos Acumulados	(1.013.437)	(769.620)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	8.702	6.483
Ações em Tesouraria	(111)	(111)

3. Incorporação da Telebras COPA S.A

Em 1º de junho de 2017, a Assembleia dos Acionistas da Telebras da Telebras aprovou a incorporação da Telebras Copa S.A ao patrimônio da Telebras nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de setembro de 2016, data base da operação, no montante de R\$ 28.769 mil; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação.

Como decorrência natural, a Telebras Copa S.A teve sua personalidade jurídica extinta e a Telebras passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações.

b) Estrutura Econômica da Companhia – Principais Rubricas

1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

EM 2017, A RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA ATINGIU R\$ 73,3 MILHÕES, CRESCIMENTO DE 30,8% EM RELAÇÃO AO ANO DE 2016 (R\$ 56,1 MILHÕES). O AVANÇO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA ENTRE OS PERÍODOS COMPARADOS É EXPLICADO PELO MAIOR VOLUME FATURADO EM DECORRÊNCIA DE NOVOS CONTRATOS, PELO CRESCIMENTO DA BANDA ATIVADA E DOS CIRCUITOS FATURADOS.

R\$ mil	2017	2016	Δ Ano
Serviços de Comunicação Multimídia	98.758	74.486	32,6%
Aluguéis e Locações	7.093	7.003	1,3%
Receita Operacional Bruta	105.851	81.489	29,9%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(32.558)	(25.435)	28,0%
Receita Operacional Líquida	73.293	56.054	30,8%

2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (EXCETO DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO)

R\$ mil	2017	2016	Δ Ano
Pessoal (exclui PISP)	(67.165)	(65.051)	3,2%
Serviços de Terceiros	(62.884)	(63.694)	-1,3%
Compartilhamento de Infraestrutura	(43.430)	(39.713)	9,4%
Meios de Conexão	(26.782)	(10.267)	160,9%
PECLD ¹	(24.534)	(248)	9.792,7%
PISP ²	(16.292)	(5.756)	183,0%
Alugueis e Locações	(7.516)	(8.696)	-13,6%
Tributos	(1.597)	(1.607)	-0,6%
Materiais	(753)	(136)	453,7%
Outras Despesas	-	(18)	n.d
Total	(250.953)	(195.186)	28,6%

1- Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa

2- Programa de Indenização por Serviços Prestados

Em 2017, os Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização) totalizaram R\$ 251,0 milhões em 2017 e R\$ 195,2 milhões em 2016, um aumento de 28,6%. As principais rubricas que contribuíram para este aumento foram: perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (R\$ 24,3 milhões), provisão para o programa de indenização por serviços prestados – PISP (R\$ 10,5 milhões); e meios de conexão (R\$ 16,5 milhões).

As principais ocorrências no período referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

PESSOAL: No Acumulado dos doze meses de 2017, o gasto com pessoal apresentou crescimento de 3,2%, em relação a 2016, apesar do reajuste concedido ter sido de 8,1%. O aumento inferior ao reajuste concedido no acordo coletivo é justificado principalmente pela diminuição da remuneração de diretores em função de saídas sem a recomposição do quadro durante a maior parte do exercício de 2017.

PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS - PISP: O aumento da provisão para o PISP é justificado pelo reajuste salarial de 8,1% em consequência do acordo

coletivo, bem como pela reclassificação dos valores que constavam como a receber no ativo da Companhia referente aos Colaboradores cedidos à ANATEL no valor de R\$ 16,5 milhões. A reclassificação deste valor a receber ocorreu devido ao fato que este item não se enquadrava nos critérios de reconhecimentos de ativos, pois não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, uma vez que não há certeza quanto ao recebimento de tais valores.

SERVIÇOS DE TERCEIROS: No acumulado de 2017, o montante dos custos e despesas com Serviços de Terceiros totalizou R\$ 62,9 milhões, estável em relação ao acumulado do último exercício (R\$ 63,7 milhões). Dentre os Serviços de Terceiros, o de maior participação sobre o total desses custos e despesas é o Custo de Manutenção da Planta, que atingiu R\$ 31,4 milhões em 2017, R\$ 30,2 milhões em 2016.

COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA: Em 2017, o valor de Compartilhamento de Infraestrutura atingiu R\$ 43,4 milhões, R\$ 3,7 milhões, (9,4%) superior ao acumulado de 2016 (R\$ 39,7 milhões). O aumento é justificado pelos seguintes eventos: expansão da rede; reajustes de preços conforme cláusulas contratuais; e pagamento de acordo de parcelamento de débito entre a Telebras e parceiros por serviços prestados.

MEIOS DE CONEXÃO: No final dos 2017, os custos com Meios de Conexão alcançaram R\$ 26,8 milhões (R\$ 10,3 milhões em 2016), uma variação de 160,9%. Este comportamento é explicado pela contratação de novos circuitos para atender a demanda de novos serviços (clientes).

3. DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	2017	2016	Δ Ano
Depreciação e Amortização	(60.795)	(49.311)	-23,3%

O aumento de 23,3% na comparação entre o acumulado de 2017 e 2016 é explicado pela transferência de bens que estavam reconhecidos na rubrica de bens e instalações em andamento para a rubrica de bens e instalações em serviço, pois com a transferência, estes bens passam a ser depreciados. O valor desta transferência foi de R\$ 43.282 em 2017. Na análise da variação entre o exercício de 2017 e 2016, deve ser levada em consideração a redução de depreciação no exercício de 2016 no valor de R\$ 15.245, referente ao resultado da revisão da vida útil econômica dos ativos, que reduziu o valor da depreciação reconhecida no exercício de 2016.

4. RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	2017	2016	Δ Ano
Receitas Financeiras			
Juros sobre Disponibilidades	7.340	8.827	-16,8%
Juros sobre Tributos	14.342	-	100,0%
Juros sobre Depósitos Judiciais	2.478	2.486	-0,3%
Outras Receitas Financeiras	939	694	35,3%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(2.127)	(1.376)	54,6%

Total	22.972	10.631	116,1%
Despesas Financeiras			
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(34.548)	(51.194)	-32,5%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(15.620)	(23.686)	-34,1%
Juros sobre Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.962)	(11.546)	-57,0%
Outras Despesas Financeiras	(90)	(1.272)	-92,9%
Total	(55.220)	(87.698)	-37,0%
Resultado Financeiro	(32.248)	(77.067)	-58,2%

No acumulado de 2017, o resultado financeiro foi negativo no valor de R\$ 32,2 milhões uma redução na comparação com 2016 de R\$ 44,8 milhões. Este resultado é explicado pelo reconhecimento da variação monetária dos tributos federais sujeitos a recuperação/compensação (R\$ 14,3 milhões) e pela redução dos índices de atualização dos principais geradores de despesas financeiras (Credores por Acordos Judiciais) e os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC), que têm seus indexadores vinculados à inflação.

Os rendimentos das aplicações financeiras em 2017 totalizaram R\$ 33.703 (R\$ 30.323 em 2016). Deste montante, R\$ 26.363 (R\$ 21.496 em 2016) foi registrado em contrapartida do Ativo Imobilizado, pois os recursos que deram origem a estes rendimentos estão vinculados a construção de ativos (ativo qualificável), principalmente, o projeto SGDC.

7. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	2017	2016	Δ Ano
Prejuízo do Exercício	(243.817)	(270.883)	-10,0%
Ajuste de Eventos Não Recorrentes:			
(-) Ganho na Baixa de Passivos (i)	(15.967)	-	100,0%
(+) Perda na Baixa de Ativos (i)	10.105	-	100,0%
(+) Baixa de Ativos - Colaboradores Cedidos (i)	16.475	-	100,0%
(+) PECLD - Contrato Copa 2014	22.437	-	100,0%
Prejuízo do Exercício Ajustado	(210.767)	(270.883)	-22,2%
<i>Margem Líquida</i>	<i>-287,6%</i>	<i>-483,3%</i>	<i>-40,5%</i>
<i>Prejuízo Ajustado por Ação (R\$)</i>	<i>(14,05972)</i>	<i>(18,06990)</i>	<i>-22,2%</i>

O Prejuízo do Exercício Ajustado por eventos não recorrentes em 2017 foi de R\$ 210,8 milhões (R\$ 270,9 milhões em 2016), redução de R\$ 60,1 milhões (-22,2%). Os eventos não recorrentes referem-se: i) a baixa de passivos e ativos que não atendiam aos critérios de reconhecimentos conforme CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e divulgados nos quadros de “Custos/Despesas Operacionais” e “Outras Receitas/(Despesas) Operacionais”, respectivamente, acima demonstrado; e ii) constituição de Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa sobre o contas a receber de valores relacionados à prestação de serviços durante a Copa do Mundo de 2014.

8. EBITDA/LAJIDA

R\$ mil	2017	2016	Δ Ano
Prejuízo do Exercício	(243.817)	(270.883)	-10,0%
(+) Resultado Financeiro	32.248	77.067	-58,2%
(+) Depreciação e Amortização	60.795	49.311	23,3%
EBITDA	(150.774)	(144.505)	4,3%
Ajustes:			
(+/-) Equivalência Patrimonial	(23.899)	3.964	-702,9%
(+) Baixa de Ativos Fixos	-	268	
(+/-) Ganho sobre Passivos	(15.967)	-	100,0%
(+) Perdas sobre Ativos	10.105	-	100,0%
(+) Baixa de Ativos - Colaboradores Cedidos	16.475	-	100,0%
(+) PECLD - Contrato Copa 2014	22.437	-	100,0%
EBITDA Ajustado	(141.623)	(140.273)	1,0%
Margem EBITDA	-205,7%	-257,8%	20,2%
Margem EBITDA Ajustado	-193,2%	-250,2%	22,8%

EVOLUÇÃO DO EBITDA AJUSTADO R\$ MIL

A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, excluindo o Resultado da Venda de Bens, o Resultado de Equivalência Patrimonial e Outros Eventos não Recorrentes (Ganhos na Baixa Passivos, Perdas na Baixa Ativos, Baixa de Ativos – Colaboradores Cedidos e PECLD contrato Copa 2014) para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Em 2017, o EBITDA foi negativo no montante de R\$ 141,6 milhões, estável em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 140,3 milhões). Este resultado é reflexo do aumento da Receita Operacional Líquida (30,8%) e do aumento dos Custos e Despesas Operacionais (28,6%). A Margem EBITDA Ajustada em 2017 foi de -193,2%, enquanto que em 2016 foi de -250,2%, uma diminuição de 22,8% da insuficiência de geração de caixa.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais que rege a matéria, esta Administração propõe à Assembleia que a destinação do prejuízo líquido do exercício de 2017, no valor de R\$ 243.816.961,83 (duzentos e quarenta e três milhões, oitocentos e dezesseis mil, novecentos e sessenta e um reais e oitenta e três centavos), seja registrada na conta de Prejuízos Acumulados, para futura absorção de lucros e/ou diminuição do capital social.

Brasília/DF, 08 de março de 2018.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS – Item 3

- Eleição de Membros do Conselho Fiscal - (Item 12.6 da Instrução CVM 480)

O Acionista Controlador indica o seguinte nome para composição do Conselho Fiscal:

NOME CPF	IDADE PROFISSÃO	ÓRGÃO ADMINISTRAÇÃO CARGO ELETIVO A OCUPAR
Viviana Simon	45 Advogada	Pertence apenas ao Conselho Fiscal

ANEXO II

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL - Item 12.8 da Instrução CVM 480

I - Dados Pessoais - Viviana Simon, Data de nascimento: 04.06.1973, Naturalidade: Jacinto Machado – SC, Filiação: Lídio Simon e Maria Venuir Boff Simon, CPF: 843.598.469-91, Registro Geral: 2.913.113, Órgão Expedidor: SSP/DF, Endereço: SQN 106, bloco i, ap. 104, Asa Norte, Brasília – DF, Telefones: 61-993190688, E-mail: viviana.boff@gmail.com, II - Formação Acadêmica, Graduação, Curso: Direito, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo – RS, Conclusão: dezembro de 1995, III - *Cursos de Extensão, Curso de Preparação à Carreira do Ministério Público, Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre – RS, Conclusão: dezembro de 1996, Curso de Preparação para Ingresso na Carreira da Magistratura, Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, Associação dos Magistrados Catarinenses, Florianópolis – SC, Conclusão: dezembro de 2001, IV – Experiência Profissional, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Secretaria Executiva, Cargo: Coordenadora-Geral de Governança de Fundos, Período: desde novembro de 2016. Gabinete do Ministro, Cargo: Assessora Especial, Período: julho a novembro de 2016. Ministério das Cidades, Secretaria Executiva, Cargo: Diretora de Integração, Avaliação e Controle Técnico, Período: maio de 2013 a junho de 2016. Atribuições: Secretária-Executiva Substituta; Coordenação Orçamentária e Financeira de programas de infraestrutura; Coordenação e elaboração de normativos relativos à contratação e execução dos programas do Ministério; Coordenação de ações para execução do Orçamento Impositivo (emendas parlamentares); Monitoramento da execução orçamentária e financeira; Análise e parecer sobre projetos de lei de interesse da Pasta; Articulação interna e externa para assuntos multisetoriais. Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos, Cargo: Chefe de Gabinete, Período: agosto de 2012 a maio de 2013. Atribuições: Assessoria ao Secretário Nacional, incluindo análise e parecer em processos; Análise e parecer sobre projetos de lei de interesse da Secretaria; Monitoramento da implementação da política de prevenção de risco inserida no Programa de Aceleração do Crescimento; Monitoramento da execução orçamentária e financeira. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Cargo: Diretora de Desenvolvimento e Articulação Institucional Período: agosto de 2010 a agosto de 2012. Atribuições: Articulação com o setor de saneamento (governamental e não-governamental) para a implementação dos instrumentos da política de saneamento. Condução da elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLAN SAB. Implementação e monitoramento das propostas de elaboração de planos municipais de saneamento, inseridas no PAC. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Cargo: Chefe de Gabinete Período: setembro de 2007 a agosto de 2010. Atribuições: Assessoria ao Secretário Nacional, incluindo análise e parecer em processos; Análise e parecer sobre projetos de lei de interesse da Secretaria; Monitoramento da execução orçamentária e financeira. Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento no setor de saneamento. Gestão da política pública de saneamento e aplicação dos recursos. Participação nas discussões para edição do decreto de regulamentação da Lei n. 11445/2007 (Lei de Saneamento) – Decreto n. 7217/2010 - Câmara dos Deputados, Cargo: Assessora Parlamentar, Período: junho de 2002 a março de 2007. Secretaria do Estado de Transportes e Obras de Santa Catarina, Cargo: Assessora, Período: março de 2001 a 02 de junho de 2002. Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, Cargo: Procuradora-Geral do Município, Período: 02 janeiro de 1997 a 31 dezembro de 2000.*

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS - ITEM 4

Fixação da Remuneração dos Administradores e Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

Assunto: Remuneração dos Administradores e Conselheiros (art.12 ICVM 481/09)

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – 12 DE ABRIL DE 2018.

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL FIXA E VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES E CONSELHO FISCAL PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2018 E A DATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO ANO DE 2019:

R\$ 6.055.604,53 (seis milhões, cinquenta e cinco mil, seiscentos e quatro reais e cinquenta e três centavos).

Remuneração dos Administradores

Item 13 do Anexo nº. 24 da Instrução CVM nº. 480/2009 em cumprimento à disposição do art. 12, da Instrução CVM nº. 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia presta as informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência, que corresponde ao anexo nº. 24, da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009. A Companhia possui um Conselho de Administração composto de 8 (oito) membros, uma Diretoria-Executiva, composta do Presidente e de até 4 (quatro) Diretores. Possui também um Conselho Fiscal, de caráter permanente, composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes. Um dos membros do Conselho de Administração integra a Diretoria-Executiva.

13.1. POLÍTICA E PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:

A política e prática de remuneração do Conselho de Administração, dos Dirigentes e do Conselho Fiscal da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, em cumprimento ao disposto na alínea “h”, do inciso IV, do art. 8º, do Anexo I do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015.

a) Objetivos da política ou prática de remuneração:

A prática de remuneração está de acordo com o determinado pela legislação acima mencionada. A Telebras elabora proposta que é remetida ao Ministério Supervisor para apreciação e encaminhamento ao SEST, com vistas a subsidiar a decisão do acionista majoritário por ocasião da realização da Assembleia Geral de Acionistas.

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Diretoria Estatutária e Não Estatutária b) Composição da remuneração:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

✓ **Honorários:**

retribuição mensal;

✓ **Gratificação Natalina:** honorário extra a ser concedido 1 (uma) vez ao ano aos dirigentes;

✓ **Adicional de Férias:** parcela correspondente a 1/3 do honorário a ser concedido aos dirigentes por ocasião de férias ou no mês de março ainda que o dirigente não usufrua do benefício no período aquisitivo evitando a manutenção de saldo para o exercício seguinte;

✓ **Remuneração Compensatória (Quarentena):** valor correspondente a 6 (seis) retribuições

mensais de honorário de dirigente, conforme previsto na Lei nº 12.813, art. 6º, inciso II, de 16 de maio de 2013;

✓ **Ajuda de Custo:** é a importância paga para indenizar despesas de viagem, mudança, instalação e outros gastos não previstos nos itens 4.04 e 4.05 da Diretriz nº 243, por ocasião do deslocamento para localidade onde prestará serviços e quando do retorno à localidade de origem;

✓ **Despesas de Transportes:** são aquelas relativas ao fornecimento de passagens aéreas, rodoviárias ou ferroviárias, bem como fretes e carretos para remoção de bagagens, móveis e utensílios e até 2(dois) veículos, por ocasião do deslocamento para a localidade onde prestará serviços e quando do retorno à localidade de origem, abrangendo as pessoas da família;

✓ **Auxílio Alimentação:** parcela indenizatória e de natureza não salarial, o vale-alimentação/refeição será utilizado para ressarcimento de despesas com aquisição de refeições e alimentos;

✓ **Auxílio Moradia:** parcela indenizatória a ser concedida em conformidade com o Decreto nº 3.255, de 19.11.1999;

- ✓ **Seguro de Vida em Grupo:** parcela destinada a cobertura de 50% (cinquenta por cento) do valor do prêmio de seguro de vida em grupo;
- ✓ **Plano de Saúde:** parcelas destinadas a reembolso com despesas para o tratamento de saúde;
- ✓ **FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço):** importância creditada na conta vinculada do dirigente. O benefício do FGTS é obrigatoriamente estendido aos dirigentes, conforme Decreto no 99.684, de 8.11.1990;
- ✓ **INSS - Patronal:** valor calculado sobre os honorários dos dirigentes e conselheiros, gratificação

NOTA: Os honorários dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são fixados em 10% (dez por cento) da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva. A base de cálculo da remuneração média dos dirigentes inclui apenas os honorários.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total

ELEMENTO DA REMUNERAÇÃO	%
Honorários	48,03
Gratificação Natalina	4,42
Adicional de Férias	1,47
Remuneração Compensatória (Quarentena)	7,11
Indenização de Transferência (diretriz 243)	0,59
Auxílio Alimentação	1,05
Auxílio Moradia	0,66
Seguro de Vida em Grupo	0,09
Plano de Saúde	0,44
FGTS	4,31
INSS – Patronal (Diretoria):	10,78
Honorários do Conselho de Administração	11,11
INSS Patronal do Conselho de Administração	1,65
Honorários do Conselho Fiscal	7,29
INSS Patronal do Conselho Fiscal	1,0

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A recomendação advinda do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST é no sentido de a Estatal não elaborar proposta acima da inflação do período anterior à data da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. O índice adotado, por recomendação do DEST, é o IPCA.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração é de acordo com a orientação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST é no sentido de a Estatal não elaborar proposta acima da inflação do período anterior à data da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. O índice adotado, por recomendação do DEST, é o IPCA.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não se aplica, vez que o reajuste da remuneração obedece, tão somente, a recomendação do DEST: IPCA do período (12 meses anteriores à data da AGO).

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica, vez que o reajuste da remuneração obedece, tão somente, a recomendação do DEST: IPCA do período (12 meses anteriores à data da AGO).

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos Dirigentes e Conselheiros, como dito, obedece à recomendação do DEST. Ou seja, somente há recomposição do numerário anterior pela inflação do período).

f) existência de remuneração suportada por controladas, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável à TELEBRAS.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável à TELEBRAS.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, dos comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais, diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A.G.O DE 12.04.2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Total
Nº total de membros	8	5	5	4	22
Nº de membros remunerados	8	5	5	4	22
Remuneração fixa anual	467.944,15	3.857.968,17	292.464,84	225.306,43	4.843.683,59
Salário ou pró-labore	375510,72	2.155.841,04	234694,2	187755,36	2.953.801,32
Benefícios direto e indireto	92433,43	1702127,13	57770,64	37551,07	1.889.882,27
Participações em comitês	0	0	0	0	-
Outros					-
Descrição de outras remunerações fixas					-
Remuneração variável		359306,84			359.306,84
bonus	0	0	0	0	-

Participação de resultados	0	0	0	0	-
Participação em reuniões	0	0	0	0	-
Comissões	0	0	0	0	-
Outros	0	0	0	0	-
Descrição de outras remunerações variáveis					-
Pós-emprego	0	1077920,52	0	0	1.077.920,52
Cessação do cargo	0	0	0	0	-
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0	-
Observação					-
Total da remuneração	467.944,15	5.295.195,53	292.464,84	225.306,43	6.280.910,95

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00	5,00	9,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	355.565,82	1.570.302,00	242.519,91	2.168.387,73
Benefícios direto e indireto	0,00	285.131,10	0,00	285.131,10
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	51.895,06	726.416,42	43.876,28	822.187,76
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos=51.895,06	Encargos=493.923,74 + Remuneração Compensatória/Quarentena=232. .492,68	Encargos=43876,28	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	407.460,88	2.581.849,52	286.396,19	3.275.706,5

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	4	5	17
Nº de membros remunerados	8	4	5	17
Remuneração fixa anual	425.605,70	6.368.770,39	270.506,46	7.064.882,56
Salário ou pró-labore	368.861,04	1.714.339,80	243.897,60	2.327.098,44
Benefícios direto e indireto	56.744,66	4.654.430,59	26.608,86	4.737.784,12
Participações em comitês	0	0	0	-
Outros				-
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	-
Remuneração variável	0	0	0	-
Bônus	0	0	0	-
Participação de resultados	0	0	0	-
Participação em reuniões	0	0	0	-
Comissões	0	0	0	-
Outros	0	0	0	-
Descrição de outras remunerações variáveis				-
Pós-emprego	0	544.713,87	0	544.713,87
Cessação do cargo	0	0	0	-
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	-
Observação				-
Total da remuneração	425.605,70	6.913.484,26	270.506,46	7.609.596,43

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	4	5	17
Nº de membros remunerados	8	4	5	17
Remuneração fixa anual	283.128,30	1.901.771,85	187.279,52	2.372.179,67
Salário ou pró-labore	249.618,39	1.371.578,84	163.383,30	1.784.580,53
Benefícios direto e indireto	33.509,91	530.193,01	23.896,22	587.599,15
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros				-
Descrição de outras remunerações fixas				-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				-
Pós-emprego	-	298.952,71	-	298.952,71
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Observação				-
Total da remuneração	283.128,30	2.200.724,56	187.279,52	2.671.132,38

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL:

Não há remuneração variável.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE:

Não há plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.5. AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS PELA COMPANHIA, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

ORGÃO	ON	PN
CA	100	26.600
CF	5	90.005
DIRETORIA		-

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.6. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA: A) ÓRGÃO; B) NÚMERO DE MEMBROS; C) EM RELAÇÃO A CADA OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES; (I) A DATA DE OUTORGA; (II) QUANTIDADE DE OPÇÕES OUTORGADAS; (III) PRAZO PARA QUE AS OPÇÕES SE TORNEM EXERCÍVEIS; (IV) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (V) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (VI) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES: (I) EM ABERTO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL; (II) PERDIDAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; (III) EXERCIDAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; (IV) EXPIRADAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; D) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NA DATA DE OUTORGA; E) DILUIÇÃO POTENCIAL EM CASO DE EXERCÍCIO DE TODAS AS OPÇÕES OUTORGADAS:

Não há remuneração baseada em ações.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.7. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: A) ÓRGÃO; B) NÚMERO DE MEMBROS; C) EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES NÃO EXERCÍVEIS; (I) QUANTIDADE; (II) DATA QUE SE TORNARÃO EXERCÍVEIS; (III) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (IV) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (V) PRAZO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; (VI) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL; E D) EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCÍVEIS; (I) QUANTIDADE; (II) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (III) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (IV) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; (V) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL; (VI) VALOR JUSTO DO TOTAL DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL:

Não há opções.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a

13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.8. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS: A) ÓRGÃO; B) NÚMERO DE MEMBROS; C) EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS: (I) NÚMERO DE AÇÕES; (II) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; E (III) VALOR TOTAL DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR DE EXERCÍCIO E O VALOR DE MERCADO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS OPÇÕES EXERCIDAS; E D) EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES ENTREGUES INFORMAR: (I) NÚMERO DE AÇÕES; (II) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE AQUISIÇÃO; E (III) VALOR TOTAL DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR DE AQUISIÇÃO E O VALOR DE MERCADO DAS AÇÕES ADQUIRIDAS:

Não há opções exercidas e nem ações entregues.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.9. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.6 A 13.8 (INCLUSIVE MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES), INDICANDO: A) MODELO DE PRECIFICAÇÃO; B) DADOS E PREMISSAS UTILIZADAS NO MODELO DE PRECIFICAÇÃO, INCLUINDO O PREÇO MÉDIO PONDERADO DAS AÇÕES, PREÇO DE EXERCÍCIO, VOLATILIDADE ESPERADA, PRAZO DE VIDA DA OPÇÃO, DIVIDENDOS ESPERADOS E A TAXA DE JUROS LIVRE DE RISCO; C) MÉTODO UTILIZADO E AS PREMISSAS ASSUMIDAS PARA INCORPORAR OS EFEITOS ESPERADOS DO EXERCÍCIO ANTECIPADO; E D) FORMA DE DETERMINAÇÃO DA VOLATILIDADE ESPERADA; (E) SE ALGUMA OUTRA CARACTERÍSTICA DA OPÇÃO FOI INCORPORADA NA MENSURAÇÃO DE SEU VALOR JUSTO:

Não há informações para a compreensão dos dados mencionados, em vista desses dados não existirem.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.9. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.6 A 13.8 (INCLUSIVE MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES), INDICANDO: A) MODELO DE PRECIFICAÇÃO; B) DADOS E PREMISSAS UTILIZADAS NO MODELO DE PRECIFICAÇÃO, INCLUINDO O PREÇO MÉDIO PONDERADO DAS AÇÕES, PREÇO DE EXERCÍCIO, VOLATILIDADE ESPERADA, PRAZO DE VIDA DA OPÇÃO, DIVIDENDOS ESPERADOS E A TAXA DE JUROS LIVRE DE RISCO; C) MÉTODO UTILIZADO E AS PREMISSAS ASSUMIDAS PARA INCORPORAR OS EFEITOS ESPERADOS DO EXERCÍCIO ANTECIPADO; E D) FORMA DE DETERMINAÇÃO DA VOLATILIDADE ESPERADA; (E) SE ALGUMA OUTRA CARACTERÍSTICA DA OPÇÃO FOI INCORPORADA NA MENSURAÇÃO DE SEU VALOR JUSTO:

Não há informações para a compreensão dos dados mencionados, em vista desses dados não existirem.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	4,00	4,00	3,00	8,00	8,00	8,00	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	3,00	8,00	8,00	8,00	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	422.713,92	464.985,33	541.158,30	44.230,85	46.938,84	46.938,84	44.531,73	47.561,20	46.938,84
Valor da menor remuneração(Reais)	222.511,91	410.971,87	345.822,60	33.880,21	40028,40	46.938,84	44230,84	46.938,48	46.938,84
Valor médio da remuneração(Reais)	342.984,71	428.584,95	443.490,45	42.937,01	46107,63	46.938,84	44.411,37	47.214,89	46.938,84

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTURAM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA (INCLUSIVE CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA A COMPANHIA):

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DA COMPANHIA REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO.

	2017	2016	2015
Conselho de Administração	62,50%	62,50%	48,62%
Diretoria	100%	100%	100%
Conselho Fiscal	60,00%	60,00%	56,45%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DA COMPANHIA, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS:

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DA COMPANHIA, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS:

Não há valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sobre controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES:

Nada a acrescentar.